

RIMA PARTICIPAÇÕES S.A.

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2001.

Local e Hora: Rodovia Washington Luiz (SP 310) Km 307, no município de Matão, Estado de São Paulo às 10:00 (dez) horas. **Presença:** 1. **Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas Ltda.**, com sede no Município de Matão, Estado de São Paulo, à Rodovia Washington Luiz (SP 310) - Km 307, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 33.744.277/0001-88, com documentos de constituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.2.0193090.0, em 11.08.82, neste ato representada na forma de seu contrato social por seus Diretores **Israel Vainboim**, brasileiro, divorciado, engenheiro, domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Av. Eusébio Matoso nº 891 - 22º andar, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.189.351-SSP-SP e inscrito no CPF sob nº 090.997.197-87 e **Mauro Agonilha**, brasileiro, casado, contador, domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Av. Eusébio Matoso nº 891 - 22º andar, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.462.154-6-SSP-SP e inscrito no CPF sob nº 577.141.008-00. 2. **Cambuhy Comercial, Representações e Participações Ltda.**, com sede no Município de Matão, Estado de São Paulo, à Rodovia Washington Luiz (SP 310) - Km 307, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 56.635.600/0001-80, com documentos de constituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.2.0398635.0, em 03.11.86, neste ato representada na forma de seu contrato social por seus diretores **Israel Vainboim** e **Mauro Agonilha**, já qualificados. **Mesa:** Israel Vainboim - Presidente; Mauro Agonilha - Secretário. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação do edital, em face do disposto no § 4º do artigo 124 da Lei 6.404, de 15.12.76. **Deliberações Tomadas por Unanimidade, com a Abstenção dos Votos dos Legalmente Impedidos:** 1. Aprovada a constituição de sociedade anônima com a denominação de **Rima Participações S.A.**, com sede no município de Matão, Estado de São Paulo, na Rodovia Washington Luiz (SP 310) Km 307, com capital social de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) dividido em 9.000 (nove mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 3.000 (três mil) ordinárias e 6.000 (seis mil) preferenciais, totalmente subscrito e integralizado neste ato, em moeda corrente nacional, de acordo com os respectivos boletins de subscrição, da seguinte forma: 1.1. Pela **Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas Ltda.**, R\$ 8.999,00 (oito mil, novecentos e noventa e nove reais) correspondente a 8.999 (oito mil, novecentos e noventa e nove) ações sendo 2.999 (duas mil, novecentos e noventa e nove) ordinárias e 6.000 (seis mil) preferenciais, ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada uma. 1.2. Pela **Cambuhy Comercial, Representações e Participações Ltda.** R\$ 1,00 (um real) correspondente a 1 (uma) ação ordinária. 2. Aprovado o projeto do estatuto social do seguinte teor: "**Rima Participações S.A. - Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Prazo - Artigo 1º:** A **Rima Participações S.A.**, é uma sociedade anônima que se rege pelo presente estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º:** A sociedade tem por objeto a representação mercantil, bem como a participação em empreendimentos industriais, comerciais, financeiros e agrícolas, a administração de bens e empresas por conta própria ou de terceiros, podendo ser sócia ou acionista de outras sociedades. **Artigo 3º:** A sociedade tem sede e foro no município de Matão, Estado de São Paulo. **Artigo 4º:** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações - Artigo 5º:** O capital social é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) dividido em 9.000 (nove mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 3.000 (três mil) ordinárias e 6.000 (seis mil) preferenciais. **§ 1º:** A sociedade está autorizada a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social até o limite de 90.000.000 (noventa milhões) de ações, sendo até 30.000.000 (trinta milhões) ordinárias e até 60.000.000 (sessenta milhões) preferenciais. **§ 2º:** As emissões de ações, observado o limite do capital autorizado, destinadas à subscrição, serão efetuadas por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições a que estiverem sujeitas, observando-se que a emissão de novas ações poderá ser feita sem guardar proporção com as classes e espécies de ações emitidas quando da correspondente deliberação. **§ 3º:** A sociedade poderá emitir, até o limite do capital autorizado, bônus de subscrição, por deliberação do Conselho de Administração. **§ 4º:** As emissões de ações ou de bônus de subscrição, destinadas a venda em Bolsas de Valores ou à subscrição pública, ou para permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, poderão ser efetuadas com exclusão do direito de preferência, a critério do Conselho de Administração. **§ 5º:** A sociedade poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para fins de cancelamento ou permanência em tesouraria, para posterior alienação, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **§ 6º:** A sociedade, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que lhe prestem serviços. **§ 7º:** As ações preferenciais não terão direito de voto e gozarão das seguintes vantagens: a. prioridade na distribuição de dividendo mínimo, por ação, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação; b. participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos depois de assegurado às ações ordinárias dividendo igual ao mínimo previsto na alínea "a"; c. no caso de desdobramento ou grupamento, o dividendo mínimo, previsto na alínea "a", será ajustado em função da nova quantidade de ações daquela espécie; d. prioridade no reembolso do capital, sem prêmio no caso de liquidação da sociedade, até o valor da parcela do capital social representado por essa espécie de ações; e. participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de correção monetária, reservas e de lucros. **§ 8º:** As ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições nesse direito, observarão o limite de 2/3 (dois terços) do total de ações emitidas. **Capítulo III - Da Assembléia Geral - Artigo 6º:** A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei, e, virtude de vaga: I - o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo seu Vice-Presidente; II - o Vice-Presidente será substituído por qualquer Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração; III - os demais Conselheiros, por substituto indicado pelo Conselho de Administração; c) no caso de vaga da maioria ou de todos os cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada Assembléia Geral para proceder à nova eleição. **Parágrafo Único:** O substituto indicado na forma da alínea "b", inciso III, deste artigo, permanecerá no cargo até a realização da primeira Assembléia Geral, que preencherá o cargo tornado vago pelo restante do mandato do substituído. **Seção II - Da Diretoria - Artigo 14º:** A Diretoria compõe-se de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, sendo: a) um Diretor Presidente da sociedade; b) de 2 (dois) a 4 (quatro) Diretores; **Artigo 15º:** Compete à Diretoria a administração e a gestão dos negócios sociais, podendo realizar todas as operações e praticar os atos que se relacionarem com o objeto da sociedade, cabendo-lhe: a) fazer levantar os balanços anuais e propor a sua aprovação ao Conselho de Administração, juntamente com a proposta de distribuição e aplicação dos lucros, respeitado o disposto no artigo 28; b) submeter à aprovação do Conselho de Administração o Relatório Anual aos Acionistas e as Demonstrações Financeiras de cada exercício social, com vistas a sua apresentação à Assembléia Geral; c) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e este estatuto social. **Artigo 16º:** Compete ao Diretor Presidente da sociedade: I - convocar e presidir as reuniões da Diretoria; II - orientar a administração e gestão dos negócios sociais, supervisionando os trabalhos da Diretoria; III - coordenar a atuação dos Diretores; IV - indicar os substitutos eventuais dos Diretores, nos casos previstos neste estatuto social. **Artigo 17º:** Compete aos Diretores a administração e a gestão dos negócios sociais, de acordo com as atribuições que lhes forem especificamente fixadas pelo Conselho de Administração. **Artigo 18º:** A substituição de membros da Diretoria será feita da seguinte forma: a) nos casos de substituição temporária, o substituto do Diretor Presidente da sociedade será indicado pelo Conselho de Administração; b) nos casos de substituição por vaga de qualquer dos membros da Diretoria, o substituto será eleito pelo Conselho de Administração. **Artigo 19º:** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente da sociedade. **§ 1º:** Os membros do Conselho de Administração poderão comparecer às reuniões da Diretoria. **§ 2º:** As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, com a presença de no mínimo, metade de seus membros eleitos, cabendo ao Diretor Presidente, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate. **§ 3º:** Das reuniões serão lavradas atas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Artigo 20º:** A representação ativa e passiva da sociedade será exercida pelos membros da Diretoria. **§ 1º:** Conterão as assinaturas conjuntas de dois membros da Diretoria: a) os atos que importem oneração ou alienação de bens móveis ou imóveis, prestação de garantia real ou fidejussória, transação ou renúncia de direitos, assunção de obrigações, assinaturas de contratos, bem como os que acarretem responsabilidade da sociedade ou exonerem terceiros para com ela; b) a constituição de procuradores, observado o disposto na alínea "g" do artigo 10. **§ 2º:** A sociedade poderá ser representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos atos relativos a: a) recebimento de citação inicial ou prestação de depoimento pessoal em Juízo; b) recebimento de intimações e prestação de declarações extrajudiciais. **§ 3º:** Os atos previstos na alínea "a" do parágrafo 1º deste artigo poderão também ser praticados por qualquer membro da Diretoria em conjunto com um procurador, ou conjuntamente por dois procuradores, especificados no respectivo instrumento ou limites, a extensão dos seus poderes e a duração do mandato. **§ 4º:** A sociedade poderá constituir procuradores para representá-la isoladamente em: a) mandatos com cláusula "ad judicia" por prazo indeterminado, compreendendo inclusive os atos de renúncia, desistência, transação, recebimento e quitação; b) atos especificamente discriminados nos respectivos instrumentos de mandato, por deliberação da Diretoria, na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 19; c) quando o outorgado for pessoa jurídica. **§ 5º:** A sociedade será representada nas Assembléias Gerais de Acionistas, Reuniões de Sócios e dos órgãos estatutários das pessoas jurídicas das quais participe como acionista ou sócio, pelo Diretor Presidente, que poderá indicar para fazê-lo em seu lugar qualquer dos Diretores ou procurador da sociedade, agindo em conjunto de dois ou isoladamente, conforme dispuser o respectivo instrumento de delegação. **Seção III - Das Disposições Comuns ao Conselho de Administração e à Diretoria - Artigo 21º:** A Assembléia Geral e o Conselho de Administração poderão deixar de eleger, respectivamente, Conselheiros e membros da Diretoria, quando preenchidos os limites mínimos estabelecidos neste estatuto social. **Artigo 22º:** O exercício de cargo no Conselho de Administração e na Diretoria independe de prestação de caução. **Artigo 23º:** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus cargos, mediante termos de posse lavrados nos Livros de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria. **Artigo 24º:** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão em seus cargos, após o término de seus mandatos, até a posse de seus substitutos. **Artigo 25º:** A Assembléia Geral fixará os honorários do Conselho de Administração e da Diretoria. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artigo 26º:** A sociedade terá um Conselho Fiscal composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, com as atribuições previstas em lei. **§ 1º:** O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas, observadas as prescrições legais, solicitarem sua instalação. **§ 2º:** A Assembléia Geral, perante a qual for solicitada a instalação do Conselho Fiscal, deverá eleger seus componentes e fixar sua remuneração. **§ 3º:** O mandato dos componentes do Conselho Fiscal terminará na Assembléia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação. **Capítulo VI - Do Exercício Social,**

